

**PARECER TÉCNICO DO CONTROLE INTERNO**

**SOLICITANTE:** DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - DLCA.

**PROCESSO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024.

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PREDIAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E SUAS SECRETARIAS E FUNDOS QUE COMPÕEM A ESFERA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE VISEU/PA.

**I) DA COMPETÊNCIA**

A competência e a finalidade do Controle Interno estão previstas no artigo 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Esse artigo estabelece que o sistema de controle interno de cada Poder deve, entre outras atribuições, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional das atividades do ente federado. O objetivo é verificar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial, além de avaliar os resultados desses atos em termos de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O artigo 74 da Constituição Federal dispõe:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

No âmbito específico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), a Resolução Administrativa nº 11.410/TCM-PA, de 25/02/2014, e o §1º do artigo 11 da Resolução nº 11.535/TCM-PA, de 01/07/2014, regulamentam a atuação do Controle Interno no processo licitatório. Estas resoluções conferem à Coordenação de Controle Interno a competência para análise e manifestação sobre processos licitatórios, considerando que tais processos implicam na realização de despesas e, portanto, demandam verificação de conformidade com os princípios e normas aplicáveis.

Segundo as resoluções mencionadas:

Resolução Administrativa nº 11.410/TCM-PA, de 25/02/2014 e §1º do art. 11 da Resolução nº 11.535/TCM-PA, de 01/07/2014:

- Determinam que a Coordenação de Controle Interno tem competência para analisar e se manifestar sobre os processos licitatórios, dada a implicação destes na realização de despesas.
- Estabelecem que essa análise visa garantir que os processos estejam em conformidade com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme previsto no artigo 74 da Constituição Federal.

Portanto, a Coordenação de Controle Interno exerce um papel crucial na fiscalização e controle dos processos licitatórios, assegurando que os gastos públicos estejam alinhados com os princípios constitucionais e as normas infraconstitucionais aplicáveis.

## II) INTRODUÇÃO

Foi encaminhado a esta Controladoria Geral o processo licitatório para apreciação e manifestação quanto à legalidade e verificação das demais formalidades administrativas, com a consequente elaboração de Parecer referente ao **Pregão Eletrônico nº 010/2024**, cujo objeto mencionado acima para que possa atender às necessidades específicas das Secretarias solicitantes.

O presente parecer tem como objetivo analisar a legalidade e a conformidade administrativa do presente processo licitatório, conforme encaminhado a esta Controladoria Geral.

Contam nos autos do processo as seguintes documentações:

- Fl. 0001/047, ofício 014/GS/SEMUS/PMV (encaminhado à SEMUS) e nº 1.029/2024/GS/SEMUS/PMV encaminhado à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento contendo o Documento de Formalização de Demanda – DFD.
- Fl. 048/059, consta o Memorando nº 905/2024/GS/SEMAS/PMV da Sec. Mun. de Ass. Social encaminhando à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento o Documento de Formalização de Demanda – DFD, que em seu anexo consta o Memorando nº 021/2024-DAF/SEMAS/PMV, serie de consumo e saldo contratual e memorial de cálculo.
- Fl. 0060/0155, conta o ofício nº 1036/2024/GS/SEMED/PMV da Sec. Municipal de Educação à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento contendo Memorando nº 012/2024, o Documento de Formalização de Demanda – DFD, planilha de saldo e memorial de cálculo.
- Fl. 156/188, consta o ofício nº 700/2024/GS/SEMAD/PMV da Sec. Municipal de Administração à Sec. Municipal de Gestão e Planejamento contendo em seu anexo o Documento de Formalização de Demanda – DFD.
- A Sec. Municipal de Gestão e Planejamento encaminhou o Memorando nº 108/2024-GS/SEGP ao Departamento de Planejamento Técnico e Contratação Anual – DPTCA solicitando abertura de procedimento administrativo juntamente com a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
CONTROLADORIA MUNICIPAL



e Matriz de Gerenciamento de Riscos, para a aquisição/contratação do mencionado, fl. 190. O DPTCA encaminhou o solicitado conforme fls. 191/321.

- À fl. 322, consta o ofício Circular nº 044/2024/SEGP encaminhado às Sec. interessadas solicitando os Termos de Referência – TR, que foram devidamente encaminhados através do ofício nº 1.036/2024/GS/SEMAD/PMV, conforme consta às fls. 323/340.

- A Sec. de Gestão e Planejamento encaminhou o Memorando nº 130/2024 – GS/SEGP ao Departamento de Pesquisa de Preço – DPP solicitando ao departamento a pesquisa de preço quanto a contratação pretendida. Em resposta, o DPP encaminhou o memorando nº 019/2024 – DPP/SEGP contendo a pesquisa de preço juntamente com o mapa comparativo, conforme fls. 342/978.

- À fl. 979 consta o memorando nº 135/2024/GS/SGP/PMV solicitando junto ao Setor de Contabilidade informação de existência de recursos orçamentários para o exercício de 2024 e a indicação de dotação orçamentária para a cobertura das despesas referentes ao processo. Em resposta ao solicitado, através do Memorando nº 192/2024-SC/SEFIN, o Setor Contábil respondeu de forma positiva quanto a existência de recurso orçamentário do exercício de 2024 e, ainda, a indicação de dotação orçamentária para a cobertura das despesas referentes ao processo, conforme fls. 980/982.

- À fl. 983 consta o Memorando nº 143/2024-GS/SEGP encaminhado ao Departamento de Licitação e Contratos Administrativos solicitando autuação do procedimento administrativo, elaboração de Minuta de Edital e Contrato.

Aos 22 dias do mês de agosto de 2024 foi recebido no Departamento de Licitação e Contratos o presente processo licitatório do qual foi autuado sob o Processo Administrativo nº 2024.08.22.001, na modalidade Pregão Eletrônico

Através do ofício nº 496/2024/DLCA foi solicitado à Procuradoria Jurídica a emissão de parecer jurídico inicial, análise da Minuta do Edital e Minuta de Contrato, fls. 986/1173.

A procuradoria Municipal emitiu parecer inicial onde conclui da seguinte forma: *“Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina REGULARIDADE da minuta do instrumento convocatório, do contrato e demais atos preparatórios, pelo que se conclui e opina pela aprovação e regularidade do processo adotado até o presente momento, estando cumprido todos os requisitos exigidos legalmente, recomendando-se a continuidade do presente Pregão, na forma eletrônica, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto”.*

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
CONTROLADORIA MUNICIPAL



Consta o ofício nº 516/2024-DLCA encaminhado ao Gabinete do Prefeito solicitando Declaração de Adequação Orçamentária e Autorização de abertura de processo licitatório, fls. 1188/1189.

Consta nos autos a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, Autorização de abertura de processo licitatório, termo de autuação de processo administrativo nº 2024.07.22.001, Decreto nº 011/2024 – nomeação do agente de contratação e equipe de apoio.

Às fls. 1198/1391, consta o edital e seus anexos. Às fls. 1392/1397, consta publicação do aviso de licitação.

Às fls. 1398/1399, consta justificativa da suspensão do processo.

Às fls. 1400/1401 consta a solicitação de atualização dos preços e mapa comparativo.

Às fls. 1402/1783 consta pesquisa de mercado atualizada.

Às fls. 1784/1978, consta o edital republicado e seus anexos. Às fls. 1979/1984, consta aviso de publicação do aviso de licitação.

Às fls. 1985/2055, consta ata de proposta registrada. Das fls. 2056/2108, consta ranking do processo.

#### DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Às fls. 2109/2232, constam os documentos de habilitação da empresa BA LUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Às fls. 2233/2297, constam os documentos de habilitação da empresa AUGE LUZ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Às fls. 2298/2464, constam os documentos de habilitação da empresa SENTINELA DO VALE COMÉRCIAL LTDA.

Às fls. 2465/2610, constam os documentos de habilitação da empresa ERESMATER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA.

Às fls. 2611/2674, constam os documentos de habilitação da empresa AMPLA ASSESSORIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Às fls. 2675/2931, constam os documentos de habilitação da empresa J E DE OLIVEIRA RODRIGUES LTDA.

Às fls. 2932/3089, constam os documentos de habilitação da empresa T COSTA DA SILVA LTDA e das fls. 3090/3097, consta sua proposta consolidada.

Às fls. 3098/3196, constam os documentos de habilitação da empresa APA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA e das fls. 3147/3151, consta sua proposta consolidada.

Às fls. 3152/3218, constam os documentos de habilitação da empresa HIGOR TUDO CASA & CONSTRUÇÃO LTDA e das fls. 3219/3223, consta sua proposta consolidada.

Às fls. 3224/3226 consta impugnação apresentada pela empresa J E DE OLIVEIRA RODRIGUES LTDA contendo as seguintes informações:

ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU  
CONTROLADORIA MUNICIPAL



*"Conforme o item 6.8 do edital, foi estipulado que valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração são considerados indícios de inexequibilidade das propostas. A proposta das empresas APA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA, Higor Tudo Casa & Construção EIRELI e T Costa da Silva EIRELI, contém valores abaixo do orçamento estimado pela Administração, configurando-se como um indício claro de inexequibilidade, conforme o artigo 34, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/21, que trata da Lei de Licitações e Contratos Administrativos". "De acordo com o item 7.1.16 do edital, o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa APA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA deveria ser devidamente reconhecido em cartório. Contudo, a documentação apresentada por essa empresa não atende a essa exigência, o que compromete a validade do atestado apresentado, tornando-o inapto para a análise da proposta da empresa, conforme o regulamento do certame".*

*Ao final do seu recurso, requer: "1. A desclassificação da proposta da empresa APA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA em razão da inexequibilidade de sua proposta, conforme item 6.8 do edital, por não atender ao disposto no artigo 34. §1º, da Lei nº 14.133/21. 2. A desclassificação da proposta da empresa APA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA em razão da falta de reconhecimento em cartório do atestado de capacidade técnica, conforme item 7.1.16 do edital. 3. A revisão das propostas das demais empresas participantes do certame, Higor Tudo Casa & Construção EIRELI e T Costa da Silva EIRELI, para verificar a conformidade com as exigências do edital. 4. O atendimento da legislação vigente e a continuidade do processo licitatório de acordo com os princípios da legalidade, transparência e isonomia".*

*Às fls. 3227/3252, constam as contrarrazões apresentadas pelas empresas T Costa da Silva EIRELI, Higor Tudo Casa & Construção EIRELI e APA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA.*

*Às fls. 3253/3267, consta o julgamento/decisão do recurso pelo Agente de Contratação ao qual conclui da seguinte forma: "Pelo exposto, extrai-se dos autos que a decisão do pregoeiro é pautada de acordo com os requisitos estabelecidos no edital, bem como cumpri os preceitos legais, principiologicos e jurisprudências do ordenamento jurídicos inerentes ao processo licitatório, sendo assim, em conformidade ao interesse da administração e buscando sempre a oferta mais vantajosa para administração, é que decidimos jogar improcedente as razões*

apresentadas pela recorrente, mantendo-se o resultado da fase de habilitação inalterados, para que possamos dar continuidade ao certame".

Com isso, foi dado prosseguimento ao processo e à fls. 3269 consta ratificação de recurso administrativo.

Às fls. 3269/3612, consta ata final do processo. Às fls. 3613/3619, constam como vencedores do processo as empresas: **I) APA DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, vencedora dos itens conforme consta à fl. 3614, pelo valor total de R\$ 24.983,62. **II) HIGOR TUDO CASA & CONSTRUÇÃO EIRELI**, vencedora dos itens conforme fls. 3614/3616, pelo valor total de R\$ 461.402,63, **III) J E DE OLIVEIRA RODRIGUES LTDA**, vencedora dos itens conforme fls. 3616, pelo valor total de R\$ 414.711,46. **IV) T COSTA DA SILVA EIRELI**, vencedora dos itens conforme fls. 3616/3619, pelo valor total de R\$ 704.281,30.

Às fls. 3620/3636, consta o termo de adjudicação.

Às fls. 3637/3638 consta solicitação de parecer jurídico final. Às fls. 3639/3647, consta parecer jurídico final, que, após suas fundamentações, manifesta-se da seguinte forma: "*Sendo assim, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, diante da documentação acostada aos autos, esta Assessoria Jurídica opina pela HOMOLOGAÇÃO pela autoridade competente, após manifestação da Controladoria Interna do Município, para que haja a continuidade do presente Pregão Eletrônico, haja vista a ausência de óbice jurídico para tanto*".

Finalmente, vieram os autos para parecer desta Controladoria.

### **III) DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

A análise do presente processo licitatório é com parâmetros determinados pela Lei nº 14.133/21.

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, substitui a antiga Lei nº 8.666/1993, além de consolidar normas sobre licitações que estavam em outras legislações. Esta nova lei traz diversas inovações e mudanças significativas nos processos de licitação e contratos administrativos no Brasil. A lei reforça a necessidade de os processos licitatórios seguirem princípios como a transparência, a eficiência, a eficácia, a governança e o planejamento.

A nova lei enfatiza a importância do planejamento e da gestão de riscos nos processos de contratação pública. Isso inclui a elaboração de estudos técnicos preliminares e a matriz de riscos, como apresentados no presente processo. O **Estudo Técnico Preliminar**, documento que subsidia a decisão de contratação, demonstrando a viabilidade técnica, econômica e ambiental do objeto a ser

licitado. A **Matriz de Riscos**, ferramenta identifica e aloca responsabilidades entre contratante e contratado para a mitigação dos riscos associados ao contrato.

### **MODALIDADE ADOTADA: PREGÃO ELETRÔNICO**

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação bastante utilizada no Brasil, especialmente para a aquisição de bens e serviços comuns, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Ele é caracterizado pela utilização de recursos eletrônicos, o que proporciona maior transparência, competitividade e eficiência ao processo licitatório.

O pregão eletrônico ocorre em um ambiente virtual, utilizando sistemas específicos de compras governamentais, como o Comprasnet, por exemplo. O edital de pregão eletrônico deve ser amplamente divulgado, permitindo o acesso à informação por um maior número de fornecedores potenciais.

Constituem fases do Pregão Eletrônico: **Abertura das Propostas:** Os licitantes inserem suas propostas de preço na plataforma eletrônica, em um prazo determinado. **Lances:** Após a abertura das propostas, inicia-se a fase de lances, onde os licitantes podem melhorar suas ofertas. **Negociação:** O pregoeiro pode negociar diretamente com o licitante que apresentou a melhor oferta, buscando condições mais vantajosas para a administração pública. **Habilitação:** O licitante vencedor deve apresentar a documentação exigida no edital para comprovar sua capacidade técnica e jurídica. **Adjudicação e Homologação:** Após a habilitação, o objeto da licitação é adjudicado ao vencedor, e o processo é homologado pela autoridade competente.

No presente processo o critério de julgamento adotado foi o de menor preço por item. Normalmente critério utilizado no pregão eletrônico. Embora também possa ser utilizado o de maior desconto, dependendo do objeto da licitação.

As vantagens de se adotar o Pregão Eletrônico são: **Transparência:** A utilização de uma plataforma eletrônica permite o acompanhamento em tempo real do processo por qualquer interessado, aumentando a transparência do processo. **Competitividade:** A possibilidade de participação remota facilita a entrada de um maior número de fornecedores, aumentando a concorrência e, potencialmente, reduzindo preços. **Eficiência:** O pregão eletrônico é geralmente mais rápido do que as modalidades tradicionais de licitação, permitindo uma conclusão mais ágil do processo. **Redução de Custos:** A digitalização do processo diminui custos administrativos tanto para a administração pública quanto para os fornecedores.

### **PROCEDIMENTOS E REGRAS**

**Publicação e Prazos:** O aviso de abertura do pregão deve ser publicado com antecedência mínima ante a data de recebimento das propostas e a abertura do processo. **Impugnação do Edital:** Os licitantes podem impugnar o edital até 3 dias úteis antes da data de abertura das propostas. **Recursos:** Após a declaração

do vencedor, abre-se um prazo para interposição de recursos pelos demais licitantes.

Os fundamentos jurídicos do pregão eletrônico estão embasados em várias normas legais e princípios constitucionais que regem os processos de licitação e contratos administrativos no Brasil. A seguir, são destacados os principais fundamentos jurídicos:

Constituição Federal de 1988: **Art. 37, XXI**: Estabelece que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o que permite a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte":

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) define em seu art. **6º, XLI** que o pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto".

#### IV) DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** é uma das inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021, que regula as novas regras de licitações e contratos administrativos. Ele é um documento essencial e obrigatório para a fase preparatória de processos

de contratação pública. O ETP tem como objetivo garantir que a administração pública faça escolhas informadas e bem fundamentadas sobre a contratação que será realizada.

O ETP é um levantamento técnico que antecede a contratação, onde a administração pública avalia a viabilidade, a necessidade e as opções disponíveis para atender a uma demanda específica. Ele deve ser elaborado para justificar a contratação e orientar a escolha da solução mais eficiente, eficaz e vantajosa para a administração.

O ETP vem justificar a necessidade de contratação, explicando o problema que deve ser resolvido ou a demanda que precisa ser atendida pela aquisição ou serviço a ser contratado, o que está devidamente demonstrada e justificada a necessidade no presente ETP, anexado aos autos, onde avaliar as diversas soluções disponíveis no mercado, comparando vantagens e desvantagens de cada uma, para escolher a mais adequada para o interesse público. Defini claramente os requisitos técnicos, funcionais e operacionais que a administração precisa atender, de forma que isso guie o processo de contratação.

O presente ETP deve incluir uma estimativa do custo da contratação, utilizando parâmetros de mercado ou contratações anteriores para garantir que os valores sejam razoáveis e compatíveis com a realidade. Deve considerar ainda os impactos sociais, ambientais e de sustentabilidade que a contratação pode gerar, sempre buscando soluções que minimizem os impactos negativos e maximizem os benefícios.

O Estudo Técnico Preliminar é uma ferramenta crucial para que as contratações públicas sejam mais eficientes, transparentes e ajustadas às reais necessidades da administração. Ele ajuda a evitar contratações desnecessárias ou inadequadas, desperdício de recursos públicos, problemas futuros de execução contratual, como inadimplência, atrasos ou não conformidade.

O ETP elaborado pelo Departamento de Planejamento Técnico e Contratação Anual desta administração consta: o objeto, introdução, descrição da necessidade, revisão no plano de contratação anual – PCA, os requisitos da contratação, as estimativas das quantidades, levantamento de mercado e análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, estimativa do valor da contratação, descrição da solução como um todo, justificativa para parcelamento ou não da solução, demonstrativo dos resultados pretendidos, providências prévias ao contrato, contratações correlatas/interdependentes, impactos ambientais e viabilidade da contratação.

O ETP é um dos primeiros passos do planejamento de qualquer licitação, sendo base para a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico. Ele garante que a licitação seja bem planejada, com critérios claros e definidos, evitando falhas e ineficiências no processo de compra pública.

O ETP tem, portanto, um papel fundamental na nova Lei de Licitações, garantindo mais transparência, eficiência e racionalidade nas contratações do setor público.

#### V) CONCLUSÃO

Após análise detalhada da documentação apresentada, constatamos que o presente **Processo Licitação Pregão Eletrônico nº 10/2024** atendeu aos requisitos legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e em face do exposto, manifestamos pela **legalidade e regularidade** do presente, recomendando sua aprovação e prosseguimento.

Este parecer é elaborado com base na documentação e informações fornecidas, estando em conformidade com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Viseu-PA, 22 de janeiro de 2025.

\_\_\_\_\_  
PAULO FERNANDES DA SILVA  
Controlador Geral do Município  
Decreto nº 017/2024